



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

ATA DA 419ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (Ammvi), REALIZADA NO DIA SEIS DE JUNHO DE DOIS MIL E TREZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e treze, as quatorze horas, nas dependências do auditório Lino Grützmacher, na sede da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (Ammvi), em Blumenau/SC, realizou-se a quadringentésima décima nona Assembleia Geral Ordinária da Ammvi, presidida pelo prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes prefeitos, vice-prefeitos, técnicos da Ammvi e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da Ammvi e prefeito de Timbó, senhor Laércio Demerval Schuster Junior, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos, convidando os prefeitos membros da Diretoria Executiva da Ammvi para compor a mesa de trabalho. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Segurança pública. 3 - Contabilidade pública; 4 - Informes; 5 - Comitê Pró-federalização da Furb; 6 - Planejamento urbano; 7 - Arrecadação 2013. Dando início à ordem do dia, o senhor presidente apresentou o item um, confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos e, não havendo manifestação, o documento foi encaminhado para votação, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente prosseguiu para o segundo item em pauta, passando a palavra ao prefeito de Blumenau, senhor Napoleão Bernardes Neto, que fez uma breve abordagem sobre o Fundo Municipal de Segurança Pública de Blumenau e falou que tão logo identificasse solução do ponto de vista jurídico para o empasse, repassaria orientações aos demais prefeitos. O prefeito relatou sobre a decisão judicial que julgou inconstitucional a aquisição de equipamentos e automóveis pelo fundo até então, o que ocasionou a extinção, em Blumenau, do fundo municipal. Diante disso, a administração municipal acionou o comitê para estudar alternativas de desburocratização e analisar o contrato padrão do Corpo de Bombeiros que traz também a renovação anual do alvará. Na ocasião, o senhor Napoleão entregou aos prefeitos uma cópia do termo de convênio do Município de Blumenau celebrado com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar, que trata da execução dos serviços de prevenção, combate a sinistros, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e outros de competência da instituição previstos no Artigo 108 da Constituição Federal. Segundo ele, as sugestões discutidas e aprovadas estão determinadas no documento, além de que as dúvidas podem ser esclarecidas com a procuradoria-geral do município. O prefeito falou ainda da constitucionalidade da taxa do Corpo de Bombeiros. Em seguida, o procurador-geral de Blumenau, senhor Newton Janke, falou da taxa de segurança contra sinistros e da taxa de segurança preventiva criadas pelo governo estadual, sendo que tais valores permaneceriam nos municípios que tivessem instituído por lei um fundo municipal de segurança. Além disso, havia taxas das Polícias Militar e Civil que também eram cobradas junto com as dos Bombeiros. As leis municipais foram declaradas inconstitucionais e os recursos deslocados para o caixa geral do Estado, para depois ser feita a repartição com os municípios. Logo, concluiu-se que as taxas dos Bombeiros nunca foram inconstitucionais e que esta era propriedade somente das polícias. Porém, a preocupação dos prefeitos é que tal divisão não seja equânime. Conforme ele, o Ministério Público tinha a leitura dessa situação sob a ótica de

1



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 que o município estava legislando sobre segurança pública, que é uma competência do
45 Estado. No entanto, os convênios firmados com o Estado seguindo o modelo de Blumenau
46 aproveitam tão somente as verbas dos Bombeiros, podendo fazer uso desses recursos os
47 municípios onde existe uma organização do Corpo de Bombeiros Militar; já naqueles
48 municípios onde não há organização instituída, os valores serão direcionados ao caixa geral do
49 Estado. Conforme o procurador, se algum órgão questionar, pode-se alegar que foi dado aval
50 para este tipo de convênio. Após, o presidente da Ammvi agradeceu a participação do
51 procurador falando da importância de se executar o convênio dentro de uma segurança jurídica
52 e continuar com o trabalho importante feito pelo Corpo de Bombeiros Militar. Em seguida, fez
53 uso da palavra o comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Blumenau, senhor Júlio César
54 da Silva, que falou sobre o trabalho técnico de vistoria e análise de projeto feito pelos
55 Bombeiros, como também da parte preventiva de combate a incêndio, para os quais são
56 necessários recursos para manutenção dos serviços e fiscalização das normas atuais. Após, o
57 comandante do Corpo de Bombeiros de Timbó, senhor Filipe Daminelli, falou dos convênios
58 enviados pela Corporação para algumas prefeituras e solicitou o apoio dos prefeitos na análise
59 do conteúdo e assinatura. O comandante salientou ainda que, na região, o convênio com
60 Pomerode é uma referência. Esclareceu-se que do montante do fundo estadual, 23% é
61 destinado à Secretaria de Estado de Segurança Pública, 17% para Polícia Militar, 13% para
62 Polícia Civil, 7% para o Corpo de Bombeiros Militar e 4% para o Instituto Geral de Perícia.
63 Dando continuidade, o presidente da Ammvi agradeceu a presença e passou para o terceiro
64 item em pauta – contabilidade pública e o novo plano de contas, cujo assunto foi abordado pelo
65 secretário executivo da Ammvi, senhor José Rafael Corrêa, o qual orientou aos prefeitos dos
66 municípios com até cinquenta mil habitantes a obrigatoriedade de fazer publicação conforme a
67 Lei Complementar nº 131. Outro alerta é sobre o repasse de recursos para entidades sem fins
68 lucrativos através de subvenções e auxílio contribuição, cuja nova legislação já está sendo
69 estudada e elaborada pela Ammvi com o auxílio de um grupo de trabalho composto por
70 técnicos municipais da área de controle interno. O documento formulado será multiplicado aos
71 quatorze municípios que, embora a cobrança inicie em dois mil e quatorze, o trabalho já vem
72 sendo executado neste ano para dirimir erros futuros. Já sobre o Novo Plano de Contas
73 Aplicado ao Setor Público (PCASP), o secretário executivo lembrou que as prefeituras
74 receberão tarefas adicionais como, por exemplo, lançamento de receitas. Além disso, alertou-
75 se aos prefeitos da necessidade de estruturação de alguns setores das prefeituras para
76 adequação ao novo Plano de Contas como, por exemplo, áreas de Tributação, Patrimônio,
77 Contabilidade, Recursos Humanos, Controle Interno, exigindo uma estrutura mais concreta e
78 eficiente, cuja mudança alguns colegiados da área já têm tomado conhecimento. Encerrado
79 este assunto, o presidente da Ammvi passou para o item quarto da pauta, em que foi abordado
80 brevemente a proposta de instalação de um campus da Universidade Federal da Santa
81 Catarina (UFSC) em Blumenau, avisando aos prefeitos que até o momento não havia resposta
82 da reitoria sobre o andamento do processo, para o qual a Ammvi cobraria retorno através de
83 ofício. Após, falou-se da data do planejamento estratégico da entidade, mantidas para dias
84 quatro e cinco de julho, em Rio dos Cedros, no Lindnerhof. Neste tópico o presidente da Ammvi
85 falou ainda do andamento do processo da Ferrovia da Integração, que vai ligar o oeste ao
86 litoral catarinense, cujo traçado defendido passa pela região do Médio Vale do Itajaí, partindo

87 de Chapecó rumo a Itajaí. Este pleito vem sendo defendido pela Ammvi e outras associações
88 de municípios, uma vez que se entende que é a alternativa mais viável e vai propiciar o
89 desenvolvimento de grande parte das regiões. Ainda em informes, a assessora de Saneamento
90 da Ammvi, senhorita Fabiana de Carvalho Rosa, falou do Termo de Ajustamento de Conduta
91 (TAC) do Saneamento Básico. Na ocasião, ela relatou que o setor organizou os documentos
92 enviados pelos municípios sobre o assunto para a continuidade dos trabalhos. Lembrou aos
93 prefeitos que alguns municípios ainda não enviaram todos os relatórios. Quanto aos prazos,
94 alguns conseguiram cumprir aqueles que dizem respeito à vigilância sanitária e alguns técnicos
95 estão sendo capacitados para responder sobre os questionamentos do Ministério Público. A
96 assessora lembrou aos prefeitos que no dia dez de junho vence mais um prazo do TAC e é
97 necessário observar se tal exigência já não está contemplada no Plano Municipal de
98 Saneamento Básico. Outro ponto é a elaboração deste Plano, em que Guabiruba e Apiúna
99 precisam ainda elaborar o documento. Em seguida, deliberou-se que será enviado aos
100 prefeitos um relatório do andamento das participações dos técnicos nas reuniões e do retorno
101 aos questionários, como também o andamento dos prazos. Dando continuidade, passou-se
102 para o quinto assunto da ordem do dia, apresentado pelo professor da Universidade Regional
103 de Blumenau (Furb) e coordenador do Comitê Pró-federalização da Furb, senhor Clóvis Reis.
104 Em sua fala, o professor lembrou que a Ammvi integra o Comitê e a coordenação colegiada do
105 movimento. Segundo ele, o principal obstáculo da federalização da Furb é o político, e não
106 questões jurídicas, técnicas e financeiras, uma vez que se descobriu a existência de uma
107 universidade municipal semelhante à Furb que foi federalizada em Nova Friburgo, no Rio de
108 Janeiro. Além disso, tomou-se conhecimento da federalização de uma universidade particular,
109 o Centro Universitário do Sudoeste do Paraná, em Palmas. Para ele, esta é uma causa
110 relevante para o desenvolvimento da região, pois são quinze mil vagas que podem ser
111 oferecidas, podendo suportar ainda quase vinte mil alunos nas mais diversas áreas do
112 conhecimento. Conforme o senhor Clóvis, federalizando a Furb serão injetados mais de R\$
113 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões) na economia da região ao ano. Sobre a instalação
114 de um campus da UFSC em Blumenau ou cidades vizinhas, o coordenador do Comitê disse
115 que a proposta é bem recebida, pois é benéfico para a região. Segundo ele, é necessário fazer
116 um estudo na legislação sobre os pontos viáveis e embasar a causa, uma vez que, para o
117 Comitê, a causa é possível e viável, além de que o movimento defende a ideia de uma
118 universidade multicampi, contemplando outras cidades da região e movimentando a economia
119 local. O professor falou ainda da vitória alcançada em dois mil e onze quando o Ministério da
120 Educação declarou a instalação de uma unidade em Blumenau e que esta deveria passar pela
121 Furb. Segundo ele, se o processo começasse pela Furb, o campus da federal já começaria
122 forte e com cursos em todas as áreas. O senhor Reis pediu apoio e mobilização dos prefeitos
123 para que este assunto ganhe mais espaço no governo federal. Avalizando a fala do
124 coordenador do Comitê, o prefeito de Blumenau observou que a causa é nobre e justa, já que a
125 região precisa e merece ensino superior público, gratuito e de qualidade, ajudando a alavancar
126 o desenvolvimento de toda a região. Para ele, o Comitê tem de fato mobilizado com bastante
127 densidade o debate na comunidade regional. O presidente da Ammvi agradeceu a explanação
128 e disse que os prefeitos são parceiros da Universidade na busca pelo ensino superior público e
129 gratuito, pois considerar a causa justa e vê o afinco e paixão com que o movimento tem



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

130 abraçado a causa e a levado tão longe. Para o presidente, esta bandeira também é defendida
131 pela Ammvi, pois identifica como sendo uma maneira de agradecer por todas as conquistas e
132 contribuições da Furb pela região. Em deliberação, o presidente da Ammvi solicitou aos demais
133 prefeitos o compromisso de defender a causa e levar a reivindicação aos demais
134 parlamentares, exigindo-se o fortalecimento da questão política. O presidente frisou ainda que
135 a bandeira da Ammvi é apoiar o ensino superior público e gratuito, preferencialmente pela
136 Furb. Dando continuidade à assembleia, passou-se para o sexto assunto em pauta –
137 planejamento urbano – momento em que o presidente da Ammvi convidou a equipe que está
138 conduzindo os trabalhos de revisão e atualização do Plano Diretor de Desenvolvimento
139 Sustentável (PDDS) dos municípios de Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque,
140 Doutor Pedrinho, Guabiruba, Rio dos Cedros e Rodeio. Na ocasião, cada qual se apresentou e
141 o consultor Luiz Alberto de Souza explicou aos prefeitos que o documento é uma exigência
142 legal determinada pela Lei Federal nº 10.257/200, conhecida como Estatuto da Cidade. A lei
143 dita que aos municípios com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões
144 metropolitanas ou aglomerações urbanas, e integrantes de área de especial interesse turístico
145 ou em que haja atividades de impacto ambiental a elaboração e aprovação do próprio PDDS,
146 que deve ser revisado a cada espaço de tempo que, conforme o texto, a lei sugere que seja a
147 cada cinco anos. O presidente da Ammvi observou que esta ação já foi realizada pela entidade
148 em dois mil e seis em que à época foi feita a revisão e elaboração do plano diretor de oito
149 municípios. Como a iniciativa atendeu às expectativas e auxiliou os municípios no cumprimento
150 da legislação federal, o processo está sendo repetido neste ano. Conforme o consultor, a
151 equipe iniciou oficialmente os trabalhos no dia dez de maio e agora a fase é de reativação dos
152 conselhos municipais e reunião da equipe do Plano Diretor com os conselheiros para que se
153 possa fazer um planejamento e conduzir as discussões com o poder executivo e legislativo
154 municipal e sociedade civil. Segundo o senhor Luiz Alberto, é fundamental o envolvimento dos
155 prefeitos com as respectivas equipes do projeto para a boa condução dos trabalhos e entrega
156 do produto final à Câmara de Vereadores. O consultor lembrou ainda que o planejamento e
157 cronograma das etapas são feitos em conjunto, uma vez que o Plano Diretor é produzido pelos
158 municípios com a assessoria da Ammvi. Em deliberação, os prefeitos solicitaram que a equipe
159 de profissionais do Plano Diretor envie a programação de reuniões e convites para os
160 encontros nos municípios por correio eletrônico aos prefeitos, de modo que estes tenham
161 conhecimento das etapas e do andamento do processo, como também possam participar das
162 reuniões juntamente com os técnicos municipais designados para o trabalho. Findado este
163 assunto, o presidente da Ammvi agradeceu a presença e o trabalho da equipe e passou a
164 palavra ao secretário executivo da entidade para tratar do último assunto da ordem do dia.
165 Sobre a arrecadação deste ano, o senhor José Rafael explanou sobre a evolução do Imposto
166 sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e do Fundo de Participação dos Municípios
167 (FPM). Quanto ao ICMS, o primeiro trimestre apresentou quedas consecutivas, ficando 0,4%,
168 10,2% e 4% menor em relação aos meses anteriores. Em abril e maio houve uma recuperação
169 de 17,1% e 0,8% em relação ao mês anterior. Já o FPM vem sofrendo significativas oscilações
170 mês a mês, apresentando aumento nos meses de fevereiro, abril e maio. Nada mais havendo a
171 tratar, o senhor presidente da Ammvi encerrou a assembleia, agradecendo a presença de



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

172 todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada,
173 será assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da Ammvi.
174

175
176
177 Laércio Demerval Schuster Junior
178 Presidente
179

175
176
177 José Rafael Corrêa
178 Secretário Executivo
179

180
181 Michele Prada
182 Assessora de Comunicação Social
183
184
185
186